Medindo forças

09/04/2014



Por André Singer, na Folha de S. Paulo

Nesta quarta-feira (9), a classe trabalhadora organizada vai para a rua pela terceira vez desde junho do ano passado. Nas duas oportunidades anteriores, as manifestações não tiveram capacidade de incidir na conjuntura, mostrando que, apesar da unidade das centrais, o movimento sindical encontra dificuldade para firmar-se como ator de primeira grandeza no cenário político.

Desta feita, contudo, a iniciativa tem aspecto mais estratégico que as anteriores, pois já está claro que decisões importantes serão tomadas a partir de 2015. Trata-se, portanto, de verificar qual a força relativa com que contará cada classe social no jogo que se arma em torno da eleição de outubro e do programa a ser executado pelo futuro governo, qualquer que seja ele.

Na pauta das centrais estão questões de fundo. Citarei somente algumas:

1 – Continuidade de valorização do salário mínimo (SM). Por meio de uma política gradual, porém contínua, Lula e Dilma aumentaram em 72% o valor real do SM. Com a possível exceção de um ou outro conservador extremado, há consenso entre os economistas de que essa é a mais importante alavanca de distribuição de renda do país. Mas a pressão capitalista para que, a partir de 2015, cesse a valorização automática do SM ameaça a continuidade do processo.

2 – Fim do fator previdenciário e valorização das aposentadorias. Nesse quesito, ao contrário do anterior, houve recuo no último quadriênio. Ao desonerar as folhas de pagamento para favorecer um investimento que, tudo indica, não veio, a Previdência Social teve uma perda de arrecadação de R$ 16 bilhões (coberta pelo Tesouro) só em 2013. Agora, cresce a exigência do capital para que se estabeleça uma idade mínima de aposentadoria e haja menos gastos com pensões por morte e com o seguro-desemprego.

3 – Redução dos juros e do superavit primário. Depois do nono aumento da Selic pelo Banco Central, três dias atrás, a taxa brasileira, que já voltara a ser das mais altas do mundo, passa a comer parte maior dos recursos públicos e segurar a retomada do crescimento. Por outro lado, a redução da nota do Brasil pela Standard and Poor’s há duas semanas mostra que vai continuar a pressão para aumentar a reserva de dinheiro para pagar juros (superavit primário).

4 – Transporte público de qualidade, 10% do Orçamento da União para a saúde, 10% do PIB para a educação. Com as verbas públicas contidas pelo ajuste fiscal que se desenha no horizonte –se não ocorrer mobilização no sentido contrário–, não só não haverá recursos para mobilidade urbana, SUS e escolas como vai piorar a situação nas três áreas.

Na quarta-feira, saberemos o quanto os trabalhadores estão dispostos a entrar nessas brigas.

Compartilhe nas redes: